

DIREITOS + FUTURO

NÃO À PRECARIIDADE

facebook.com/
maisdireitosmaisfuturo

Baixos salários, precariedade, desemprego, emigração forçada, desregulação dos horários, retrocesso nos direitos são realidades que marcam a vida dos trabalhadores nos últimos anos. Ao mesmo tempo, os colossais lucros dos grupos económicos e financeiros e o saque dos recursos nacionais, através das privatizações e dos juros da dívida, sugam a riqueza produzida pelos trabalhadores, riqueza que devia contribuir para melhorar os seus salários e direitos e para o desenvolvimento do País.

Não tem de ser assim, é necessário e possível o trabalho com direitos. Criar postos de trabalho que potenciem os recursos nacionais e respondam às necessidades do País. Aumentar os salários, fixar o salário mínimo nacional nos €600. Combater a precariedade — a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo. Restabelecer o horário de trabalho das 35 horas semanais a quem foi retirado e garantir a sua fixação progressiva para todos os trabalhadores, aplicar horários que permitam compatibilizar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, cada trabalhador deve poder organizar a sua vida, não estar sujeito aos prolongamentos arbitrários, às adaptabilidades, aos bancos de horas. Assegurar direitos e condições de trabalho dignas a todos.

O PCP defende uma política patriótica e de esquerda que tem como um dos aspectos essenciais a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Com o PCP e a luta dos trabalhadores é possível concretizar uma vida melhor, mais direitos, mais futuro.

Organiza-te no teu sindicato, sindicaliza-te, luta, junta-te ao PCP, o partido dos trabalhadores.

BREVES DA LUTA

BRAGA
Na BOSCH, o SITE Norte (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte) conseguiu, através da luta sindical, que mais de 30 trabalhadores passassem aos quadros de efectivos.

VÁRIOS PONTOS DO PAÍS
Pela acção do Sindicato do Comércio Escritórios e Serviços (CESP) e o envolvimento dos trabalhadores foi possível que 10 trabalhadores, 4 deles da FNAC, que estavam a exercer funções de carácter permanente através de uma empresa de trabalho temporário, passassem aos quadros da empresa.



Precariedade no trabalho e instabilidade na vida

Não tem de ser assim!

61,5% dos jovens trabalhadores têm vínculos precários. Este nível de precariedade, instabilidade e insegurança pressiona os salários para baixo.

130 mil dos jovens desempregados inscritos nos centros de emprego não têm acesso a nenhuma prestação de desemprego, sendo os mais afectados pelos cortes nestas prestações.

2/3 dos jovens dos 18 aos 34 anos vivem em casa dos pais, consequência visível da perda de direitos, dos contratos a prazo, salários de miséria e desemprego.

Precariedade e desemprego

Ao contrário do que nos tentam fazer crer, o aumento da precariedade nada tem a ver com necessidades

ocasionais ou excepcionais de emprego!

O que pretendem é o aumento da incerteza, da instabilidade e exploração, pressionar e tratar os trabalhadores como peças descartáveis, prontas a ser substituídas ao sabor da redução dos custos e do lucro fácil e, para isto, vale tudo: contratos renováveis ao mês, à semana, dia ou hora e permanente rotação entre desemprego / precariedade.

Mais na página seguinte

Orçamento do Estado 2016

Um Orçamento do Estado (OE) sob chantagem dos “mercados” e União Europeia (UE), acompanhados por PSD e CDS, que deixa clara a necessidade do País se libertar da dívida, do domínio dos grupos monopolistas e da submissão do Euro e da UE.

O OE avança com medidas positivas (muitas contidas na posição conjunta entre PCP e PS) e que, ainda que de alcance limitado, podem dar resposta a problemas mais imediatos.

O OE confirma medidas já em curso e põe fim às restrições à contratação de trabalhadores e promove o levantamento, com vista à sua eliminação, da precariedade na administração pública; põe fim à isenção fiscal dos fundos imobiliários; aumenta a contribuição da banca e a tributação dos lucros; alarga as deduções no IRS por filhos ou ascendentes; introduz a cláusula de salvaguarda do IML; decide a contratação de mais médicos de família e reduz os valores das taxas moderadoras.

O PCP tudo fará para que possam ainda ter tradução no OE medidas como o congelamento do valor das propinas; a progressiva gratuidade dos manuais escolares; melhorias na atribuição do subsídio de desemprego e a redução da taxa máxima do IML, entre outras.

Contudo, o PCP não ilude e distancia-se das insuficiências do OE com o agravamento de impostos indirectos como os combustíveis; a insuficiente tributação sobre o património mobiliário; o não aumento do valor real das pensões; a manutenção de restrições aos trabalhadores e aos serviços públicos.

BREVES DA LUTA

PALMELA

Na Faurecia uma trabalhadora com contrato precário ilegalmente despedida, recorreu a tribunal e ganhou o processo de reintegração, optou posteriormente por receber indemnização de 8,500€, esteve na empresa durante 8 meses.

AVEIRO

Após 3 dias de greve, a luta dos trabalhadores da Renault Cacia alcançou vitória com o aumento de €30 nos salários e a passagem de 45 trabalhadores precários a efectivos.

PALMELA

Na VISTEON, a luta dos trabalhadores conquistou a passagem a efectivos de mais de 50 trabalhadores, por via da intervenção do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas).

LISBOA

A luta dos trabalhadores foi determinante para travar os cortes salariais que a Teleperformance se preparava para concretizar.

MAIA

Na empresa SAKTHI na Maia, a intervenção sindical (SITE Norte - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte) já conseguiu reduzir o número de trabalhadores com vínculos temporários. Mais de 70 trabalhadores passaram para os quadros de efectivos.

PENICHE

Na EZIP em Leiria, a luta dos trabalhadores organizados no seu sindicato SINTAB (Sindicato dos trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal) conseguiram a passagem de 21 trabalhadores aos quadros de empresa.



Fazem falta todos os dias e de forma permanente. Porque é que os seus vínculos são precários?

Hoje, não só aumentam os contratos temporários, como cada vez são mais aqueles que trabalham com contratos renováveis ao mês, à semana, dia ou hora. A maioria destes passa meses e anos nesta situação a realizar exactamente a mesma função, ocupando o mesmo posto de trabalho, confrontados com a ausência de qualquer perspectiva de progressão e de estabilidade.

Uma parte significativa dos trabalhadores com contratos precários desempenha tarefas permanentes, fazem falta todos os dias nas empresas e locais de trabalho mas os seus contratos são temporários, trabalham com falsos recibos verdes, em prestação de serviços ou em bolsas de formação e investigação num processo de precariedade infernal.

A quem serve a precariedade?

O recurso ao trabalho temporário ou à prestação de serviços é, na prática, uma desresponsabilização das empresas,

1,2 milhões

trabalhadores precários

252 mil

trabalhadores em trabalho parcial

600 mil

“falsos” recibos verdes

84%

Entre Outubro de 2013 e Junho de 2015, no total de contratos de trabalho celebrados, foram precários.

95%

dos trabalhadores em call centres têm vínculos precários

com os trabalhadores a serem tratados como meras mercadorias, que a qualquer momento podem ser dispensadas. As empresas prestadoras de serviço, servem como intermediários e chegam a receber pelo trabalho duas, três ou mais vezes do que o salário do próprio trabalhador.

Quanto mais precários são os vínculos laborais, mais baixos são os salários. **Os trabalhadores com vínculos precários** trabalham no mesmo local, cumprem o mesmo horário, desempenham as mesmas tarefas, mas **recebem em média menos 30% do salário que um trabalhador com contrato permanente.**

A um posto de trabalho permanente, tem de corresponder um contrato de trabalho efectivo!

Contratação colectiva Instrumento dos trabalhadores

A contratação colectiva é a forma conquistada com a luta pelos trabalhadores para fixarem os seus direitos, tornando-os de aplicação obrigatória na sua empresa ou no seu sector.

Ao contrário do que os patrões querem fazer crer, a generalidade dos trabalhadores estão abrangidos pela contratação colectiva, aplicando-se os direitos nela contidos tais como — salários, horário semanal e organização do tempo de trabalho, valores de pagamento de trabalho suplementar (trabalho em dias de folga e feriados, horas extras, etc.), entre muitos outros.

Por que razão o patronato e os governos ao seu serviço querem destruir a contratação colectiva?

A contratação colectiva é fruto da luta dos trabalhadores e a forma de equilibrar a desigual relação de forças entre trabalhador e patronato.

Em geral, os contratos colectivos de trabalho asseguram mais direitos que os fixados pelas leis do trabalho, sobrepondo-se a estas. Destruir a contratação colectiva é a forma mais eficaz de roubar direitos e baixar salários, razão que justifica a postura do patronato de boicote à negociação, a recusa sistemática em negociar aumentos nos salários, procurando utilizar as alterações à legislação feitas à sua medida (por exemplo, no que diz respeito à possibilidade dos contratos caducarem e à eliminação do tratamento mais favorável para o trabalhador).

Conhecer os direitos e exercê-los é a única forma de os defender! O direito à contratação é uma importante conquista dos trabalhadores, possibilitando aos trabalhadores organizados no seu sindicato, oporem-se com êxito à exploração de que são alvo, obtendo juntos a força necessária para a melhoria dos salários e dos direitos.

8h de trabalho, 8h de lazer, 8h de descanso, luta centenária dos trabalhadores

Combater a desregulação e reduzir os horários de trabalho

A fixação do limite do tempo de trabalho e a luta pela sua redução progressiva, tem sido uma constante ao longo da vida de muitas gerações de trabalhadores.

Uma luta com elevados sacrifícios, que resultou até na morte de muitos trabalhadores, como nos históricos acontecimentos de Chicago em 1886, na luta pelas 8 horas, que deram origem ao 1.º de Maio, dia do Trabalhador, que se comemora há 126 anos.

A luta pela redução do horário de trabalho, sendo antiga, é bem actual, não só com o objectivo das 35 horas semanais, como contra a desregulação dos horários e de toda a vida, que tem sido apresentada com vários nomes: “adaptabilidade horária”, “banco de horas”,

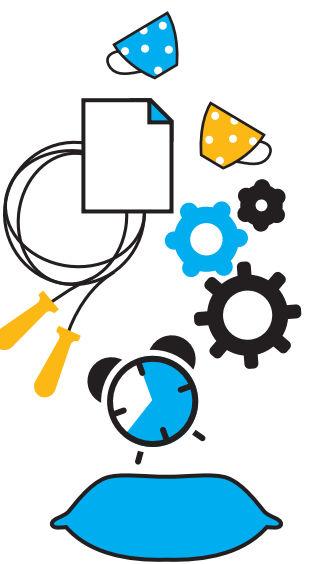
“intermitências” ou “tempo de disponibilidade”, “horários concentrados” e várias outras formas, todas com o objectivo de aumentar o horário, através de trabalho não remunerado.

Com todos os avanços e progresso tecnológico alcançados, que sentido faz o aumento das horas de trabalho?

O interesse do patronato é que cada vez se trabalhe mais e com custos cada vez mais baixos, obtendo cada vez mais lucros.

O interesse dos trabalhadores é um horário de trabalho adequado e digno sem redução de salário. A acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho e a utilização da contratação colectiva é fundamental para impedir a imposição patronal da desregulação dos horários e obter assim a redução efectiva do tempo de trabalho.

Trabalho, descanso, lazer vs. adaptabilidade, banco de horas, intermitências, tempo de disponibilidade, trabalho por objectivos...



Propostas do PCP na AR Os compromissos são para cumprir

Cumprindo com os compromissos assumidos com os trabalhadores e o povo, o PCP apresentou já na Assembleia da República um conjunto de iniciativas no sentido da reposição imediata de rendimentos e direitos dos trabalhadores, das quais se destaca:

- **a reposição dos feriados retirados;**
- **a reposição das 35 horas** de trabalho semanal na função pública;
- **o aumento imediato do salário mínimo** nacional para os 600 euros;
- **a revogação do regime jurídico** de requalificação na administração pública;
- **a reposição dos complementos de pensão** das empresas do sector empresarial do estado.
- Para o PCP, a valorização do trabalho e dos trabalhadores é um dos

eixos essenciais da política alternativa que propõe e onde assume particular destaque o efetivo combate ao flagelo da precariedade e o assegurar que todos os trabalhadores possam ter direito a um emprego estável e com direitos.

Nesse sentido, o PCP apresentou recentemente um pacote de iniciativas de combate à precariedade:

- **criação do Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral**, que dê resposta às diversas formas de aumento da exploração de que os trabalhadores são alvo, nomeadamente a contratação ilegal, a falsa prestação de serviços (recibos verdes, entre outras), abuso de contratos a prazo e de trabalho temporário e a tempo parcial e discriminações salariais;

· **alterações à legislação laboral** que impeçam o recurso à contratação precária e com vista a reforçar a protecção dos trabalhadores nas situações de falsa prestação de serviços e de contratação a termo e instituir mecanismos de combate a precariedade, designadamente impedindo o recurso a medidas indevidamente consideradas como promotoras de emprego (como CEI's, CEI's + e Estágios-Emprego) para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos;

- **Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.**

O PCP continuará a apresentar propostas alternativas e soluções que respondam aos problemas dos trabalhadores.

Já conseguimos. Vamos prosseguir!

Os trabalhadores, as populações e a juventude, com a sua luta e o seu voto nas eleições legislativas de 4 de Outubro, derrotaram o Governo PSD/CDS. Uma derrota que, na nova correlação de forças na Assembleia da República, tem permitido concretizar objectivos que, ainda que limitados, conduziram à devolução de rendimentos e direitos roubados e a dar resposta a aspirações mais imediatas dos trabalhadores e do povo.

Ao longo destes primeiros meses, apesar da gravidade dos problemas que atingem o povo e o País e sem esquecer as limitações decorrentes das opções do Governo PS, foi possível, com um papel determinante do PCP, **repor prestações sociais, nomeadamente o abono de família; travar a concessão e privatização das empresas de transportes terrestres de passageiros; alterar o regime de protecção de invalidez; revogar medidas lesivas da dignidade dos professores e adoptar formas de avaliação para a melhoria do sucesso e aprendizagem escolar; repor o direito das mulheres à IVG sem pressões nem constrangimentos; repor os complementos**

de reforma roubados aos trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do Estado; proteger a morada de família face a penhoras decorrentes de execuções fiscais; avançar no sentido da proibição dos bancos alterarem unilateralmente as taxas de juro e da alteração das regras dos contratos de comunicações electrónicas; eliminar o corte dos feriados retirados pondo fim a quatro dias de trabalho não remunerado.

Foi também possível, ainda que de forma insuficiente e aquém das propostas defendidas pelo PCP, deixarem de ser aplicados cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado; ser assegurada a redução da sobretaxa do IRS, na base da progressividade, e a sua eliminação em 2017; abrir caminho para a fixação do horário de trabalho das 35 horas, para todos os trabalhadores na Função Pública, independentemente do seu vínculo; o aumento do Salário Mínimo Nacional, fixando-o em 530 euros, embora ainda longe dos 600 euros que o PCP propõe.

A luta continua!

Valorização do trabalho e dos trabalhadores

A valorização do trabalho e dos trabalhadores é um eixo essencial de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, objecto e condição do desenvolvimento e do progresso social.

Criar postos de trabalho.

Promover o pleno emprego.

Valorizar os salários.

Aumentar o poder de compra.

Combater a desregulação dos horários.

Reduzir os horários de trabalho.

Assegurar o direito à estabilidade e segurança no emprego. Combater a precariedade.

Melhorar as condições de trabalho.

Prevenir a sinistralidade laboral.

Assegurar o trabalho com direitos.

Repor os direitos postos em causa pelo Código de Trabalho e pela legislação laboral da Administração Pública.



Luta e resiste com o PCP!

Para aderir ou saber mais sobre o PCP, preenche os seguintes dados. Contactar-te-emos em breve.

NOME _____
MORADA _____
TELEFONE _____
E-MAIL _____

Recorta e envia para R. Soeiro Pereira Gomes, 3, 1600-196 Lisboa ou pcp@pcp.pt

Sempre com os trabalhadores e o povo pela democracia e o Socialismo

O PCP assinala em 2016 o seu 95.º aniversário. 95 anos de luta com e pelos trabalhadores, os seus direitos e anseios, luta nas condições mais difíceis, como nos 48 anos de ditadura fascista.

Um percurso ímpar, profundamente ligado à vida, aos problemas, aos anseios e reivindicações que se colocaram e colocam na actualidade ao povo português e, particularmente, às novas gerações, com os seus novos problemas e desafios aos quais é urgente dar resposta.

São 95 anos duma inesgotável confiança na luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português, uma luta com tantas provas dadas, uma luta que derrubou o fascismo, levou por diante a Revolução de Abril e que continua a afirmar as suas conquistas e valores.

Uma luta que, mais cedo do que tarde, afirmará uma outra política e um outro rumo, capaz de assegurar um país de progresso, de justiça social, um Portugal livre e soberano.

O PCP reafirma a sua determinação em prosseguir a luta por uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, em que, para todos, estejam assegurados os direitos ao trabalho, à saúde, à educação, à habitação e à reforma e de que sejam banidas as desigualdades, injustiças, discriminações e flagelos sociais.

Uma sociedade que dê resposta aos direitos e justos anseios dos trabalhadores e das populações, e cuja construção será determinada pela sua acção e luta.

Os trabalhadores, a juventude e o povo sabem que podem contar com o PCP.